



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT

**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT
3ª CÂMARA DE JULGAMENTO**

**ATA DA 5ª (QUINTA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA 3ª CÂMARA DE
JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de julho do ano 2020 (dois mil e vinte), às 13h 30min. (treze horas e trinta minutos), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do Regulamento Interno do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará (CRT-CE), e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 5ª (quinta) Sessão Ordinária Virtual da 3ª Câmara de Julgamento do CRT-CE, sob a Presidência do Dr. Francisco Wellington Ávila Pereira. Presentes à Sessão os Conselheiros Alexandre Mendes de Sousa, Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira, Lúcio Flávio Alves, Ricardo Ferreira Valente Filho e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto. Também presente, o Representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge. Iniciada a sessão, O Sr. Presidente indagou aos Conselheiros se estes receberam as resoluções enviadas pela Secretária para apreciação e, se há necessidade de correção. Não havendo nenhuma observação por parte dos conselheiros, a resolução referente ao seguinte processo: nº - 1/1278/2018 (Conselheiro Ricardo Valente Ferreira Filho, foram aprovadas. Foram lidas e aprovadas as Atas das 3ª e 4ª, bem como a presente ata, das Sessões Ordinárias Virtuais. **Passando-se à ORDEM DIA, foram anunciados os seguintes processos: Processo de Recurso Nº 1/2603/2018 – Auto de Infração nº 1/201802621. RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RECORRIDO: NJF INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. RELATOR: Conselheiro RICARDO FERREIRA VALENTE FILHO. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame necessário, negar-lhe provimento e, por maioria de votos, resolve afastar a sugestão de Perícia, feita pelo Procurador do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira, para que se verifique a integralidade do registro das Notas Fiscais contidas nos autos, no arquivo de retificação da Escrituração Fiscal Digital – EFD da autuada. Os Conselheiros Lúcio Flávio Alves e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto, acataram o referido Pedido de Perícia. **No mérito**, a 3ª Câmara, resolve, por maioria de votos, confirmar a decisão **ABSOLUTÓRIA** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas contrário à manifestação oral em sessão do representante da Procuradoria Geral do Estado. Foram votos divergentes os dos Conselheiros Lúcio Flávio Alves e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto, que votaram pela parcial procedência da ação fiscal, acatando somente as

Notas Fiscais que foram comprovadas, por amostragem pela julgadora singular. **Processo de Recurso Nº 1/2604/2018 – Auto de Infração nº 1/201802619.** RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. **RECORRIDO: NJF INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. RELATORA:** Conselheira **TERESA HELENA CARVALHO REBOUÇAS PORTO. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame necessário, negar-lhe provimento e, por maioria de votos, resolve afastar a sugestão de Perícia, feita pelo Procurador do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira, para que se verifique a integralidade do registro das Notas Fiscais contidas nos autos, no arquivo de retificação da Escrituração Fiscal Digital – EFD da autuada. Os Conselheiros Lúcio Flávio Alves e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto, acataram o referido Pedido de Perícia. **No mérito,** a 3ª Câmara, resolve, por maioria de votos, confirmar a decisão **ABSOLUTÓRIA** exarada em 1ª Instância, nos termos do primeiro voto divergente proferido pelo Conselheiro Alexandre de Sousa Mendes, que designado para lavrar a resolução e, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas contrário à manifestação oral em sessão do representante da Procuradoria Geral do Estado. Foram votos divergentes os dos Conselheiros Lúcio Flávio Alves e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto, que votaram pela parcial procedência da ação fiscal, acatando somente as Notas Fiscais que foram comprovadas, por amostragem pela julgadora singular. **Processo de Recurso Nº 1/2607/2018 – Auto de Infração nº 1/201802614.** RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. **RECORRIDO: NJF INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. RELATOR:** Conselheiro **ALEXANDRE MENDES DE SOUZA. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame necessário, negar-lhe provimento e, por maioria de votos, resolve afastar a sugestão de Perícia, feita pelo Procurador do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira, para que se verifique a integralidade do registro das Notas Fiscais contidas nos autos, no arquivo de retificação da Escrituração Fiscal Digital – EFD da autuada. Os Conselheiros Lúcio Flávio Alves e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto, acataram o referido Pedido de Perícia. **No mérito,** a 3ª Câmara, resolve, por maioria de votos, confirmar a decisão **ABSOLUTÓRIA** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas contrário à manifestação oral em sessão do representante da Procuradoria Geral do Estado. Foram votos divergentes os dos Conselheiros Lúcio Flávio Alves e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto, que votaram pela parcial procedência da ação fiscal, acatando somente as Notas Fiscais que foram comprovadas, por amostragem pela julgadora singular. **Processo de Recurso Nº 1/2608/2018 – Auto de Infração nº 1/201802612.** RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. **RECORRIDO: NJF INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. RELATOR:** Conselheiro **FELIPE AUGUSTO ARAÚJO MUNIZ. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame necessário, negar-lhe provimento e, por maioria de votos, resolve afastar a sugestão de Perícia, feita pelo Procurador do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira, para que se verifique a integralidade do registro das Notas Fiscais contidas nos autos, no arquivo de retificação da Escrituração Fiscal Digital – EFD da autuada. Os Conselheiros Lúcio Flávio Alves e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto, acataram o referido Pedido de Perícia. **No mérito,** a 3ª Câmara, resolve, por maioria de votos, confirmar a decisão **ABSOLUTÓRIA** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas contrário à manifestação oral em sessão do

representante da Procuradoria Geral do Estado. Foram votos divergentes os dos Conselheiros Lúcio Flávio Alves e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto, que votaram pela parcial procedência da ação fiscal, acatando somente as Notas Fiscais que foram comprovadas, por amostragem pela julgadora singular. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos. E para constar, eu, Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge, Secretária da 3ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco Wellington Ávila Pereira
PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA

Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge
SECRETÁRIA DA 3ª CÂMARA